

## **Protocolo de Entrevista - Presidente da Comissão Executiva da Escola «Reconquista» (EE5)**

**Entrevistado:** Professor - Presidente da Comissão Executiva

**Entrevistador:** José Hipólito

**Data/Hora:** 24 de Outubro de 2008, 14h00

**Entrevistador:** Neste processo de contratualização quais foram as razões que levaram à sua interrupção? Quais foram os pontos de ruptura?

**Entrevistado:** Basicamente, temos de ver também a realidade desta escola. Esta escola é uma escola em que não tem havido uma continuidade por parte dos Conselhos Executivos e mais que isso os Conselhos Executivos que têm existido nunca chegaram ao fim dos seus mandatos, os tais mandatos de dois anos foram sempre interrompidos ao final de um ano, e portanto, isso criou muita instabilidade na escola e segundo me parece a escola já por si só já e conhecida por um local difícil, um local difícil penso também que se recuarmos um pouco vamos saber porquê, porque as pessoas que trabalhavam aqui eram sobretudo colegas do 2º ciclo e quando esta escola passou para 3º ciclo nunca houve uma aceitação muito grande por parte do grupo docente do 2º ciclo e viveram sempre um pouco em conflito. E depois, ainda não estava resolvido o conflito...

**Entrevistador:** Esse conflito baseava-se em quê?

**Entrevistado:** Os colegas mais velhos do que falam muito e que têm alguma saudade desse tempo é que a escola era ao nível da cidade de Santarém era uma referência e que os pais faziam de tudo, mesmo não estando a escola na sua área de residência, para matricular aqui os filhos, portanto, estava muito conceituada e o que é que acontece? Acontece que quando passou para o 3º ciclo, talvez até por coincidência porque o ensino mudou muito, a qualidade dos alunos foi diminuindo, o prestígio da escola foi-se perdendo e depois entrou-se numa época em que os Conselhos Executivos passaram a não chegar ao fim dos seus mandatos e perdeu-se as relações da própria hierarquia aqui dentro da escola, que cada um fizesse o que lhe apetecia, mas por razões muito simples que não se encontram noutras escolas, por exemplo “não se recruta esta sala por isto ou aquilo”, as pessoas não respeitam e não respeitam porque realmente atravessaram um período em que como não houve propriamente uma liderança dentro da escola e era tudo comissões provisórias, os que eram definitivos eram definitivos mas ao final de um ano terminavam os seus mandatos, e portanto, a qualidade do serviço prestado e o reconhecimento público que existia na escola foi-se perdendo.

**Entrevistador:** Já era agrupamento nessa fase?

**Entrevistado:** Nesta fase ainda não era agrupamento, quando passou a agrupamento o problema agravou-se ainda muito mais, porque não só não estava resolvido o problema de passar a ser uma escola de 2º e 3º ciclo, este não estava ainda interiorizado e não tinha sido aceite porque até a escola ter-se manifestado contra esta situação, ou seja, os docentes que cá estavam do 2º ciclo tinham manifestado a intenção de não funcionarem com o 3º ciclo e não conseguiram incluir talvez pela tal falta de liderança que houve, falta de alguém que fizesse parte dos Conselhos Executivos e a direcção certa e continuidade e esse problema não foi resolvido e prolongou-se no tempo. Isso só se veio a quebrar quando se passou a uma fase de agrupamento, apesar de não ser um agrupamento grande tem a maior escola do 1º ciclo da cidade, e portanto, esses problemas agravaram-se ainda muito mais. Inclusivamente, como não havia ninguém para o Conselho Executivo os colegas que participaram na Comissão Provisória, inclusivamente a Presidente, era do 1º ciclo e portanto a ruptura aumentou ainda mais. Sentiram-se um pouco “invadidos” por pessoas que não consideravam pares.

**Entrevistador:** E essa Presidente foi a que iniciou o processo de contratualização?

**Entrevistado:** Não. Já foi mais tarde. Foi a Professora Conceição Anjos que iniciou esse processo, não sei se terá sido um pouco baseada nos estudos que ela do ponto de vista pessoal estava a realizar e que se sentiu motivada para aquele desafio com o qual se identificava e o que me parece do que auscultei e das opiniões que ouvi foi que as pessoas se sentiram um pouco... não foi uma coisa participada, foi quase imposta pelo Conselho Executivo, e portanto nunca se sentiram identificadas com o processo.

**Entrevistador:** O Conselho Pedagógico e a Assembleia de Escola quais foram as razões que apresentaram depois para a reunião com...

**Entrevistado:** Daquilo que eu ouvi da tal reunião na DREL com a Dra. Araújo eu fiquei por conhecer as razões do Conselho Pedagógico e da Assembleia. Do Conselho Pedagógico veio ao de cima esta situação, acharam que não foram consultados quando a escola se voluntariou para participar no processo, não se sentiam identificados, não se sentiam motivados e era esta a sua posição. Também houve sempre aqui um problema que era por um lado esta escola não tinha ninguém que quisesse ou não tinha muita escolha para órgãos de gestão mas por outro tinha um Conselho Pedagógico que forçava muito as posições dentro da escola, ou seja, o Conselho Pedagógico não era propriamente um órgão, aqui era quase como um órgão deliberativo e tinha assuntos fora do âmbito pedagógico.

**Entrevistador:** A Presidência era também da Comissão Provisória ou era um Presidente...

**Entrevistado:** Foi sempre. O Presidente do Conselho Pedagógico foi sempre o Presidente dos órgãos de gestão também. Portanto, esta foi a opinião que eu ouvi que achavam que a escola não tinha condições até porque como deve calcular este tal problema de se sentirem “invidados” pelo colega do 1º ciclo quando teve uma comissão provisória, acabei por sentir um pouco eu também, ainda por cima porque vim de fora. Para além de não ser novo mas ao pé do grupo etário da escola sou relativamente novo, ainda por cima venho de uma escola que não esta, e portanto, a aceitação também não foi fácil. E por isso as pessoas, embora não querendo participar no órgão de gestão, também não queriam que os outros participassem e portanto acharam na altura que havendo esta instabilidade ao nível da gestão da escola e sendo nós provisórios que agora a escola tomasse ou se comprometesse com o contrato de autonomia.

**Entrevistador:** A Assembleia também tinha essa posição ou tinha mais alguma informação?

**Entrevistado:** Eu sei que na altura na tal reunião no Porto a Presidente da Assembleia esteve presente. Também a colega que estava cá na altura que era a Presidente do Conselho Executivo está na escola X e é uma pessoa muito acessível com quem pode falar. O que eu sabia da Assembleia é que esta respeitou, por assim dizer, a posição do Conselho Pedagógico. Se os docentes disciplinares dos departamentos dizem que não sentem que a escola está em condições para assumir o contrato de autonomia então a assembleia não....a posição da Assembleia é um bocado dúbia, porque por um lado não se queriam retirar totalmente do processo de modo a dizer “nunca é tarde, nunca mais achamos que temos condições para”, mas também respeitou o Pedagógico na medida em que concordou que havia um Conselho Executivo todos os anos e não havia condições para entrar em processo de autonomia.

**Entrevistador:** Depois da reunião com a Dra. Júlia Araújo como é que correu? Qual foi a reacção a esta posição da escola?

**Entrevistado :**A reunião foi muito rápida. Como vê ainda não tinham elementos nenhuns para aquela reunião. Nem sabia qual o motivo da chamada dela, acho que foi de alguma surpresa. Pelo que eu me apercebi antes da reunião é estava-se a chamar ali para dizer alguns dos objectivos para a escola e á pouco quando estava a dizer que não concordo com este processo de autonomia, daquilo que eu conheço dele que conheço muito pouco, mas daquilo que eu conheço eu não concordo que não tenha objectivos, eu tenho objectivos, agora, não me sinto bem a fazer parte de um sistema que quanto a mim não é promotor de autonomia. Eu estive nos Açores num ano de Conselho Executivo, as pessoas ás vezes dizem que os Açores são um parente pobre dentro da educação e eu esforço-me para lhe mostrar o outro lado, e por exemplo, vimos um verdadeiro caos naqueles funcionários. Faltam 8 funcionários, todos estavam com doença por acidente, não interessa, faltam 8! A escola não tem autonomia para fazer um contrato porque como deve calcular faltarem 8 funcionários numa escola é um caos

completo e então que autonomia é que querem que eu participe que não dá a possibilidade sequer de eu contratar um funcionário, fazer a substituição de um funcionário quando ele tem um atestado de mais de 30 dias? Isto não acontecia nos Açores. Para aquilo funcionar foi-me identificado o número de funcionários com que a escola deveria funcionar, se por qualquer motivo não tivesse, tendo uma pessoa com atestado por 30 dias eu tinha autonomia para abrir concurso e para contratar um funcionário para fazer a substituição. Isto é autonomia! Agora, se há autonomia para haver resultados, os resultados podem aparecer por decreto. Não precisam andar a brincar à autonomia do “que é que vocês precisam?”. Penso até que uma das razões foi de que na escola, como há uma escola aqui, de apanhar grupos problemáticos porque várias instituições aqui de Santarém acabam por estar nesta área geográfica, ou seja, os alunos da Misericórdia vêm para esta escola, o Lar das Raparigas vêm para esta escola, ou seja, são alunos problemáticos que dão que fazer, dão algum trabalho extra face ao outro tipo de população que a escola tem, que até está situado no mapa como uma população média-alta, e portanto, são estes dois grupos e na altura sei que o projecto de escola contava com a contratação de uma Psicóloga para tentar resolver estes problemas. Este foi um aspecto dominante. Outro foi o projecto também para que a escola tivesse um ensino mais prático, mais atractivo, isto porque as pessoas sentiam que os melhores alunos no final do 2º ciclo vão-se todos embora, para já estamos aqui a paredes meias com uma escola secundária e portanto, as pessoas preferem que os seus filhos passem logo para uma escola do 3º ciclo porque tem os mesmos professores do secundário já integrados no meio, até porque têm outros meios, laboratórios, outro tipo de espaços e outro tipo de valências que esta escola não conseguiu dar porque estava vocacionada para o tal 2º ciclo e não houve um apetrechamento da escola face á nova realidade que estava a ser imposta. Se formos às nossas salas, as nossas salas têm mesas para alunos do 2º ciclo quando os alunos do 3º ciclo têm 1.70 ou um 1.80m. Coisas tão simples quanto isto, e portanto, as pessoas sentiam que não estavam a ser apoiadas e que este processo de autonomia afinal era um processo conduzido para determinados fins que eram os resultados académicos e não propriamente outros aspectos como “quantos funcionários é que vocês necessitam para funcionar com qualidade? X”, vamos responsabilizar-nos por esse funcionamento, por aquela verba que vocês têm e pelos vossos investimentos. Isso é responsabilização, isso aí é o processo de autonomia, agora, quando a escola conta para a contratação de um psicólogo porque de facto existem grupos de risco, existem grupos problemáticos nos seus estabelecimentos e lhes é negada essa possibilidade logo à partida...

**Entrevistador:** Isso foi em Lisboa?

**Entrevistado:** Isto foi no Porto. Em Lisboa houve só aquele meu contacto com a Dra. Júlia Araújo.

**Entrevistador:** Há pouco quando falou dos objectivos, portanto, a Dra. Araújo apresentou-lhe objectivos concretos para...

**Entrevistado:** Não, não chegou, mas eu vou-lhe cometer uma inconfidência que é o seguinte, quando eu estava à porta da sala da Directora Adjunta Araújo já lá estavam duas colegas dentro e eu estava á espera que me chamassem e as pessoas estavam a conversar e eu não fui por as mãos nos ouvidos para não ouvir o que estavam a conversar, e ouvi que estavam a dizer “vamos exigir à escola que consiga entrar dentro desta meta e daquela meta”, e percebi claramente o que é que se estava a passar ali com aquele processo de autonomia que a escola estava a ser conduzida.

**Entrevistador:** Eu partia agora aqui para outra pergunta final: o que é que é um contrato de autonomia na perspectiva da escola?

**Entrevistado :**Para mim o contrato de autonomia é parceria para fazer uma avaliação, aquela que foi feita, a avaliação externa da escola, mas a todos os níveis, não se ia esgotar no aspecto pedagógico. Eu diria aquele exemplo “não é criar por decreto um número fictício de funcionários consoante o rácio de alunos”, isso não chega, temos de entrar na escola e tem que haver uma equipa, na minha opinião, que saiba avaliar verdadeiramente as funções que a escola tem, os serviços que a escola presta, e depois identificar por exemplo o número de funcionários que cada escola precisa, no meu entender, avaliar e ver com quantas pessoas ela pode funcionar, com 20, sim senhora, então muito bem, funciona com 20. Há uma pessoa que está de atestado de 30 dias, o que é que se faz com o professor? Não se faz uma contratação durante 30 dias para substituir o professor em falta? Então porque é que não se faz isso ao nível dos funcionários? Porque não é importante? Nós tivemos aqui uma situação em que o Ministério da Educação diz que as empresas que fazem os serviços no refeitório, no fornecimento de refeições, para x alunos tem de funcionar com x pessoas, mas quando esses serviços são dados ou são fornecidos pela própria escola esquece-se completamente o número de funcionários com que a cozinha tem de funcionar, por exemplo nesta escola, o número de refeições que temos são 4, só temos 3, e com alguma insistência minha chamei a atenção para que havia funcionários a reformar, escrevi 2 ou 3 ofícios a alertar para que duas pessoas que não podem fornecer 50 refeições, isto vai acontecer e aconteceu mesmo! E depois o que é que podemos fazer? Bom, não pudemos dizer que estas senhoras não fazem nada, vamos ver, com duas pessoas quantas refeições pudemos preparar? 100. Esta é uma caricatura mas só assim é que as coisas se resolvem infelizmente. Quantas refeições são? São 100? Então quando chegarmos ao número 100 em termos de senhas de alimentação não se vendem mais. Isto esteve nos jornais, isto é uma caricatura. Então não interessava fazer uma avaliação? Quer dizer, tem que haver um interlocutor que perceba de facto o que é a vida das escolas e o que às vezes se nota é que as pessoas que falam da escola e que traçam determinados objectivos são pessoas que às vezes até são professores

mas não dão aulas há 20 anos e a escola de hoje nada tem a ver com a escola de há 20 anos atrás! Não tem! É completamente diferente e por isso é que eu acho que a autonomia passa exactamente por uma avaliação, estava a falar de facto nos funcionários, mas eu acho que eles são um elemento fundamental na escola e a escola só vai piorar, na minha opinião a escola com esta situação de passar o pessoal docente para as escolas municipais só vai piorar, porquê? Eu vejo um auxiliar de acção educativa e é uma peça fundamental na escola e não é propriamente uma pessoa sem formação que se vai buscar ao centro de emprego que era pedreira ou era costureira e vem aqui à escola e vai fazer um bom serviço e que neste mês está e para o mês que vem não está porque entretanto arranjou um emprego e vai-se embora, quer dizer, isto é uma instituição que funciona e tudo o que é relações humanas são coisas que são complicadas e tem que haver uma apetência das pessoas para puderem desempenhar determinadas funções e não é ir ao centro de emprego buscar uma pessoa um mês, dois meses ou três meses e é isto, ser transportado das escolas do 1º ciclo para as escolas do 2º e 3º ciclo e a nossa qualidade vai diminuir, porque só se alguém estivesse interessado na qualidade em vez do custo, não estou a dizer que o custo não é importante, para mim é importante o custo, temos de saber se gastamos bem ou mal o nosso dinheiro, mas vamos ver as escolas do 1º ciclo? É aquilo que queremos? Funciona bem? Eu tenho escolas do 1º ciclo com casas de banho fechadas porque simplesmente falta o autoclismo que se avariou e nós não temos autonomia porque isso é da responsabilidade da Câmara Municipal, e então telefona-se e a Câmara Municipal manda lá um técnico, passado três semanas vem o técnico à escola “mas isto não é para mim, é para fulano tal”, passadas outras três semanas vem outro técnico que tira a torneira que se avariou e leva para arranjar e passadas outras três semanas....entretanto passou 2 ou 3 meses e isso é que não funciona! Sugerir foi à Câmara que dividisse pelos agrupamentos. Nós temos um canalizador que vai uma vez por mês ao agrupamento tal, agora o electricista vai ao agrupamento tal, isto não existe! E depois o que se nota nas Câmaras Municipais é o seguinte, é tudo questões políticas porque depois quem vai para a Educação nas Câmaras Municipais é só relações políticas, porquê? Porque quando estavam nas suas escolas porque alguns foram professores e outros são e estão lá, nunca tiveram relacionados com nada de cargos de gestão nas próprias escolas, então e agora passam para a Câmara Municipal e são os maiores e já conhecem tudo e têm aptidão para determinados aspectos? Não se compreende bem esta situação, pelo menos eu não a compreendo assim, e portanto, já se começa a notar alguma fricção sobre as áreas de competência de cada espaço. Por exemplo, manda num funcionário, não era suposto ele fazer a gestão do funcionário? Ou seja, eu dizer assim “ele faz mais falta na escola A ou na escola B”, não, mas a Câmara não diz, manda uma cartinha a dizer que o fulano tal se vai apresentar na escola Y.

**Entrevistador:** Neste processo de autorização a Câmara foi chamada? Alguém da Câmara?

**Entrevistado:** Não tenho conhecimento.

**Entrevistador:** Eu ia para uma última pergunta que é: esta questão dos contratos de autonomia vem mais do Ministério ou vem mais das escolas?

**Entrevistado:** É uma opinião meramente pessoal, mas vem mais do Ministério.

**Entrevistador:** E porquê? No entender das escolas qual é o interesse em promover esta iniciativa?

**Entrevistado:** Introduzir objectivos nas escolas, objectivos que passam por minorar os custos e aumentar a produtividade, a regra por si não está errada, agora a forma como se tenta chegar a este objectivo é que na minha opinião pode não ser a melhor. Eu costumo dizer que na educação temos um grande problema que é todo o mundo é especialista em educação, do carpinteiro ao pedreiro, ao gestor, ao empresário, ao advogado, ao administrador, são todos especialistas na educação, e portanto, tudo o que é relações humanas já é complicado e ainda por cima quanto todos são muito bons nesta matéria mais difícil se torna, mas penso também que não se consegue fazer alteração de determinados caminhos que não sejam participados e participados pelas pessoas na base, que é a escola sentir que a sua opinião conta, e portanto, quando a escola, nós somos todos pessoas inteligentes, se começa a aperceber que os caminhos que traça eventualmente podendo ser melhores ou piores, são aqueles que a escola identifica, e que não contam para nada porque têm aquele projecto, reformulam. Se formos a ver os projectos iniciais das escolas se calhar são diferentes porque têm realidades diferentes, é natural que eles também sejam diferentes, e agora pergunta: o contrato de autonomia não é todo igual para as 22 escolas que assinaram? Eu sinceramente não sei a resposta, eu desconfio que a resposta seja que são todos iguais, então significa que o processo não foi participado, porque há uma forma que já existia primeiro, o que andámos a ver foi pedir às pessoas que participassem mas depois ele foi pedindo sempre para estruturar a sua proposta e o que era diversificado foi caminhando para um aspecto único, não é? Para um contrato único, eu penso que essa autonomia não serve às escolas.

**Entrevistador:** Muito Obrigado.